

Práticas avaliativas numa perspectiva inclusiva

Adriana feijão de Sousa Magalhães

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Resumo: O presente artigo pretende tratar da avaliação inclusiva como forma de oportunizar crianças que precisam de um tratamento diferenciado e especializado e muitas vezes são introduzidos em escolas regulares, sem terem a oportunidade de participar de atividades e rotinas que acontecem no cotidiano das escolas, como por exemplo, avaliação.

Um sistema educacional inclusivo não está relacionado somente a matrícula de estudantes com necessidades especiais, requer todo um trabalho específico e adaptações que supram as carências física e intelectuais da criança e como avaliar a aprendizagem dos alunos sem que essa prática se torne instrumento de exclusão e de fracasso escolar? Se olharmos em uma perspectiva que possibilite o acesso e a permanência de todos na escola, teria que haver uma revisão de conceitos e práticas pedagógicas e avaliativas.

A intenção de práticas avaliativas, quando se pensa apenas em notas ou alternativa de medir resultados acaba por ser muitas vezes um instrumento de controle dos alunos. A educação para todos é uma proposta que não ocorre de forma linear e diminuir as desigualdades é respeitar e possibilitar uma educação que se constrói diante de uma problemática social que é a diversidade humana tornando-a elemento enriquecedor na construção de cada sujeito.

A diferença que existe em sala de aula, dificulta a organizar e executar as práticas pedagógicas em que o professor consiga avaliar o aluno tido como regular e quando crianças com necessidades especiais estão dentro desse processo de aprendizagem deve existir alternativas onde a avaliação assuma um caráter investigativo, participativo e as informações são instrumento de auxílio para melhor intervir no processo de aprendizagem tendo em vista as limitações e o grau de dificuldade de aprendizagem que a criança sofre, nessa problemática o professor deve se ater a novas propostas de

exercícios para amenizar os grandes obstáculos que a deficiência traz a crianças e jovens no ambiente escolar

Palavras chaves: avaliação, inclusão, necessidades.

1. Diversidade e respeito

Tendo em mente a problemática levantada no material, faz-se necessário destacarmos alguns pontos da prática pedagógica no discurso de inclusão do contexto escolar. De acordo com Rodrigues(2006, p.300, 301),

O termo inclusão tem sido tão intensamente usado que se banalizou de forma que encontramos seu uso indiscriminado no discurso político nacional e setorial, nos programas de lazer, de saúde, de educação, etc.[...]Não se sabe bem o que todos esses discurso querem dizer com inclusão e é legítimo pensar que muitos significados se ocultam por trás de uma palavra chave que todos usam e se tornou aparentemente tão óbvia que não parece admitir qualquer polissemia [...] Existe, assim, um implícito “politicamente correto” quando se fala de inclusão.

Levando em consideração a citação acima, procuramos entrever, os contextos e o modo intra e interdiscursivamente as perspectivas da inclusão e da avaliação inclusiva produzem sentido no contexto escolar, atentando para as representações e abordagens, conceitos que se ocultam em torno da proposta em questão.

Para que a diversidade seja respeitada nas escolas faz-se necessário refletir e executar mudanças para incluir todos os alunos, principalmente que demandam de maior apoio no processo educacional. Segundo Figueiredo (2002,p.68)sugere que,

...Efetivar a inclusão é preciso[...]transformar a escola,começando por desconstruir práticas segregacionista.[...]a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e

sociais visto que não se trata de adequar,mas transformar a realidade das práticas educacionais.

Para aqueles que foram sistematicamente excluídos tenham um valor como a gente social é preciso que a escola assuma uma postura de construtora da igualdade, visando e possibilitando incluir e respeitar o valor universal e as diferenças humanas.

Nesse sentido a avaliação da aprendizagem como prática inclusiva sinaliza a importância do olhar voltado às diferenças e especificidades individuais e coletivas que desenham o processo de ensino e aprendizagem nas escolas. Inclusão possibilita reconhecer o outro como indivíduo. A diversidade é condição humana, é natural a todas as espécies, e ela possibilita nos desenvolver, aprimorar e até modificar nossos pensamentos, formas de agir.

O grande desafio para a escola, professor e alunos é aprender a conviver com o outro, deixando o medo do desconhecido, do diferente, de lado, e crer numa convivência imprevisível e também inovadora. Uma educação e uma política de vanguarda não garantem a acessibilidade aos saberes escolares se não houver uma verdadeira transformação no interior da escola. Faz-se necessário concretizar no cotidiano dessa instituição o que já está assegurado por lei. Não basta garantir a acessibilidade, é preciso criar as condições para que a escola se transforme em espaço verdadeiro de trocas que favoreçam o ato de ensinar e aprender. Neste sentido nosso país ainda tem um importante caminho a percorrer para assegurar educação a todos os jovens, crianças, adultos e adolescentes que integram principalmente o sistema público de ensino.

Voltando para temática focalizada vemos que a avaliação é necessária mas a forma como é feita e elaborada é bastante questionável. Questionar sobre a possibilidade de mensuração do conhecimento é muito válido pois não há como medir o conhecimento, o que é possível é investigar as ferramentas que o sujeitos utilizam no processo de relações e de construção de conhecimento. Há um equívoco ao se tentar reduzir o “grau” de conhecimento de um indivíduo por um simples método de avaliação.

O processo avaliativo pode ser injusto ou incorreto aplicado em uma criança tida como “normal”, e nas crianças com necessidades especiais, esse processo é elaborado, na maioria das vezes, de uma forma metodológica que exclui essas crianças. Em uma escola que organiza as situações de aprendizagem considerando as

diferenças dos alunos, o ensino e os apoios ao ensino se integram para orquestrar a aprendizagem, garantindo a participação efetiva dos alunos em todas as práticas educativas. Elas se embasam na implementação de um ensino que leve em conta as especificidades de cada sujeito e que faz apelo à cooperação entre os alunos em situação de aprendizagem. O professor deve respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, favorecendo a atividade conjunta entre alunos com e sem deficiência no momento da realização de projetos comuns. A colaboração estabelecida entre os professores, conforme já descrita anteriormente é outro aspecto que deve ser ressaltado também na escola das diferenças. Nesse sentido vamos nos aprofundar no próximo tópico sobre a relação professor, aluno no sentido pedagógico, avaliativo, e de relações que estabeleça respeito e considerações em sala de aula.

2. Professor e gestão

Ganham especial relevância os discursos e ações dos professores, pois são eles que no meio de seus medos, dúvidas, ansiedades, disponibilidades acolhimento e possibilidades, que assumem os alunos em sala de aula na aquisição de conhecimentos sendo “normais” ou com necessidades educativas especiais principalmente no contexto em que o professor deve elaborar avaliações adequadas para suprir necessidades que satisfaçam toda clientela.

A gestão da sala de aula corresponde a capacidade do professor para orquestrar a interação entre os alunos em situação de aprendizagem, organizando os espaços os tempos e os agrupamentos pertinentes às suas propostas didáticas, se constituindo ele mesmo em mediador entre os conteúdos escolares e aqueles trazidos pelos alunos. A escola que está atenta à questão das diferenças, dispensa grande relevância ao ensino e a gestão da sala de aula, uma vez que a grande marca dessa escola é a valorização do papel social do aluno, qualquer que seja suas características, pois tem como referência o princípio da contribuição.

Deste modo, a classe do ensino regular se constitui em um agrupamento no qual cada aluno deve colaborar com o processo de construção do conhecimento dentro de suas possibilidades. A valorização do papel social do aluno só é possível na medida em que ele é reconhecido por seus pares como uma pessoa que traz uma contribuição mesmo que seja modesta, ao desenvolvimento de saberes, de saber-fazer e do saber ser coletivo. A criança percebe-se como um indivíduo que contribui para o

desenvolvimento de saberes e do saber-fazer coletivo e retira disso múltiplas vantagens. Entretanto, essa participação ativa do aluno com deficiência no contexto da sala regular só é possível se o professor perceber esse aluno como sujeito de aprendizagem e se conseguir organizar propostas didáticas e avaliativas, que favoreçam essa participação.

Na escola todos são atores, mas os professores são atores de “primeiro plano” e, conseqüentemente, devem-se intensificar os esforços para que lhes sejam garantidas as orientações necessárias ao exercício da profissão docente e que o outro lado, o professores tomem consciência da sua própria profissionalidade em termos individuais e coletivos. (Alarcão 2001 p.11)

Os professores que também são avaliados constantemente, devem ter uma percepção, uma sensibilidade maior diante do trabalho docente, e o que desrespeita a criança com necessidades especiais, o profissional tem que saber ter habilidades específicas para tratar da problemática do aluno. Por isso é cada vez mais necessário a formação continuada dos professores, eles devem ter conhecimento em libras, braile, primeiros socorros dentre tantos outros saberes que devem ser aprimorados devido a necessidade da comunicação e para que haja a avaliação do todo.

A complexibilidade dos problemas que se colocam a escola na atualidade exige cooperação, olhares multidimensionais e uma atitude de investigação na ação pedagógica e na formação do professor para conseguir lidar com situações de diversidades tão presente nas escolas. O professor tem que ter conhecimento e não tendo, procurar buscar através de autores ou estudiosos que trabalham a problemática específica de sua necessidade. O importante é que se trabalhe da melhor forma a carência que se tem de informação que é a educação inclusiva de forma qualificada e que atenda a demanda das escolas e dos alunos que precisam muito desse desenvolvimento.

3. Políticas e educação inclusiva

O Atendimento Educacional Especializado - AEE- destinado aos alunos público alvo da educação especial, é um serviço que: Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos

alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. A concretização da política de inclusão se expressa pela criação de salas multifuncionais nas escolas públicas brasileira, por uma política de formação de professores em Atendimento Educacional Especializado voltado para o atendimento das crianças nessas escolas, bem como, pela transformação das práticas pedagógicas e da gestão escolar nas redes de ensino. Deste modo, o desafio de escolarizar todas as crianças no ensino comum, não é tarefa da educação especial, mas das redes públicas de ensino.

Lück (2006, p.111) defende que o processo de gestão deve ser estabelecido “[...] com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo”. É a partir disso que se questionam aspectos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que em sua proposta generaliza a inclusão exigindo que todos os alunos, independente de seu nível ou grau de comprometimento, sejam incluídos no ensino comum.

De acordo com a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de janeiro de 2008 o AEE se realiza na sala multifuncional, que é um espaço equipado e organizado preferencialmente em escolas comuns das redes de ensino. Nessa sala podem ser atendidas as crianças da escola e de escolas vizinhas. O professor de AEE oferece acompanhamento em sala de aula para ensinar o uso de recursos destinados aos alunos com deficiência aos professores e demais alunos. O professor do AEE deve identificar e desenvolver estratégias educativas visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos. Ele inclui em suas ações: avaliação do aluno, a gestão do seu processo de aprendizagem e acompanhamento desse aluno na sala de recurso multifuncional e na interlocução com o professor do ensino comum. O atendimento educacional por si só não garantem a aprendizagem, mais sim mudanças reais, concretas.

Nesse contexto, buscando concretizar o que diz a lei, um dos aspectos que merece atenção por parte dos educadores diz respeito à avaliação da aprendizagem dos estudantes com deficiência. Ainda impera o entendimento de que tais estudantes, devido

às suas limitações, não raro de natureza intelectual, são incapazes de aprender. Por isso mesmo, é idéia comum que as orientações referentes à avaliação da aprendizagem dos estudantes sem deficiência não se aplicam ao grupo de estudantes com deficiência. Com efeito, propõe-se que os estudantes com deficiência sejam avaliados de acordo com os mesmos princípios de avaliação adotados pelas escolas da rede estadual de ensino. Quer dizer, eles devem ser avaliados de modo inovador, que não os exclua, mas os emancipe. Para tanto, avalia-se considerando o seu nível de desenvolvimento, avalia-se de acordo com o que foi mediado e avalia-se não só para atribuir um valor, mas também para rever os processos de ensino-aprendizagem com o fim na efetivação da aprendizagem e desenvolvimento.

Considerações finais

No decorrer desse trabalho ficou claro que existe alguns limites importantes que temos que mudar no cenário atual, para que exista uma educação igualitária que transforme e ofereça condições para crianças que tem necessidades especiais. O foco foi o fator avaliativo, que não deve ser diferenciado para estudantes com necessidades especiais, ele deve ser integrador, numa perspectiva de não exclusão.

Acredito que o desenvolvimento de ações integradas e fundamentadas é o caminho para garantirmos a prática dos princípios referentes à educação inclusiva, os quais na medida em que efetivamos, se manifestam na garantia de um dos direitos humanos invioláveis, o direito a uma vida digna por meio da educação. O habitual processo de avaliação diagnóstica não tem sido suficiente para estabelecer qual a forma de ensino mais adequado para atender essa clientela e como avaliar o seu potencial de aprendizagem.

Os erros no procedimento diagnóstico, a inexistência de avaliação e acompanhamentos inadequados vem perpetuando uma série de equívocos quanto o processo de ensino e aprendizagem desses alunos, essencialmente aqueles com deficiência. Assim, o objetivo desse trabalho foi analisar as representações sobre a avaliação do rendimento escolar de alunos com deficiência de professores especializados que possam colaborar sobre o desenvolvimento com técnicas inovadoras e construtoras e que integrem e não exclua.

Referências bibliográficas

FIGUEIREDO,R.V.Políticas de inclusão:escola-gestão da aprendizagem na diversidade in ROSA de E.G. e Souza V.C.(org.)políticas organizativas e curriculares,educação inclusiva e formação de professores.Rio de janeiro:DP&A Editora,2002.

RODRIGUES,D.(2007) “notas sobre a investigação em educação inclusiva”,David Rodrigues, “investigação em educação inclusiva” Vol.1,Lisboa.FEEI.

ALARCÃO,I.(org.).Escola reflexiva e nova racionalidade.Porto Alegre:Artmed, 2001.

LUCK,H. A gestão participativa na escola.Petrópolis,RJ:vozes,2006:série: cadernos de gestão.